

UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE CAMPINA GRANDE-PB

Anuska Batista da Silva¹, Julianne Meneses Paiva², Fabiano Santiago Cruz³, Adriana Freire Pereira Ferriz⁴

¹ Universidade Estadual da Paraíba / Serviço Social, R. João Francisco de Araújo, nº 266, anuska_paz@hotmail.com

² Universidade Estadual da Paraíba / Serviço Social, R. Estácio de Sá, nº 675, jumpaiva222@yahoo.com.br

³ Universidade Estadual da Paraíba / Serviço Social, R. Alberto Santos, nº 85, fabianosantiago2005@ig.com.br

⁴ Universidade Federal da Paraíba / Programa de Pós-Graduação em Sociologia / Serviço Social, R. Manoel Aires de Queiroz, nº 82, adriana_jua@yahoo.com.br

Resumo – O presente artigo apresenta os resultados da pesquisa que discutiu a prática do profissional do serviço social frente à política de educação oferecida pela rede estadual de ensino da Paraíba. O objetivo principal foi analisar as condições de trabalho dos assistentes sociais educacionais na rede pública estadual de Campina Grande/PB. O universo da pesquisa contemplou quatro assistentes sociais da rede estadual de ensino, que proporcionaram, com a sua sábia contribuição, o entendimento do papel do serviço social na educação, papel este que deve ser cumprido com toda a ética e incansável luta que faz parte dessa categoria. Como instrumento de coleta dos dados usamos a técnica de entrevista semi-estruturada com os profissionais, bem como, toda a revisão de literatura necessária para o referencial teórico. Portanto, a prática do assistente social na rede estadual de ensino nas escolas de Campina Grande-PB possui a demanda, o espaço e as condições de trabalho (mesmo que mínimas), mas não possui o campo específico para o serviço social, ou seja, os profissionais atuam com desvio de função.

Palavras-chave: Assistente Social, Educação, Projeto ético-político.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

A educação ocupa um lugar de destaque no processo de expansão capitalista, como uma alavanca poderosa desse processo, pois a educação vem, nos últimos anos, se adequando as demandas de inovações tecnológicas e científicas, no sentido de qualificar a mão de obra para garantir a acumulação capitalista em suas “necessidades”.

A motivação para pesquisar as condições de trabalho dos assistentes sociais que atuam na rede estadual de ensino surgiu no campo de estágio supervisionado – Escola Estadual Assis Chateaubriand – no turno noturno, onde ingressei junto com um grupo de alunos, no mês de agosto de 2009, principalmente, a partir da observação da atuação da assistente social, supervisora do campo de estágio e das inúmeras dificuldades elencadas pela mesma no tocante ao desenvolvimento da prática profissional.

O objetivo principal do nosso trabalho foi analisar as condições de trabalho dos assistentes

sociais educacionais na rede pública estadual de Campina Grande/PB. A relevância deste artigo se justifica pelo fato do tema abordado ser um tema que vem se colocando na pauta do dia, uma vez que as políticas sociais como um todo ocuparam um espaço considerável nos últimos anos. Apesar disso, os estudos na área, ainda, são poucos, temos como principais referências teóricas os trabalhos de Almeida (2003) e Piana (2008).

Material e Métodos

O universo da pesquisa contemplou os assistentes sociais da rede estadual de ensino de Campina Grande/PB, devido ao número reduzido de profissionais, sendo um total de quatro profissionais, trabalhamos com todo o universo, nas seguintes escolas: Escola Estadual de Aplicação, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Assis Chateaubriand, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Nenzinha Cunha Lima e Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Raul Córdula. Os

instrumentos utilizados na pesquisa, para identificar o perfil dos entrevistados foram: questionário, entrevista semi-estruturada com os assistentes sociais educacionais e análise documental dos relatórios, panfletos e cartilhas informativas elaboradas pelos assistentes sociais educacionais.

Foi através das entrevistas com as assistentes sociais da rede estadual de ensino da cidade de Campina Grande-PB, que obtivemos embasamento suficiente para explicar o cotidiano dos profissionais e alunos que fazem parte da rede estadual de ensino, e principalmente expor qual o papel do assistente social neste cenário.

Os profissionais serão identificados por uma seqüência numérica: assistente social 1, 2, 3 e 4, buscando preservar a identidade de cada profissional, assim como as suas experiências nas respectivas escolas.

Resultados

A dificuldade mais latente para a realização desta pesquisa foi à falta de assistentes sociais na rede estadual de ensino. As escolas existem, mas os profissionais, não correspondem ao montante de instituições encontradas.

Neste contexto, foi realizada a coleta de dados junto aos profissionais do serviço social na rede estadual de ensino. Existe em nossa cidade, um total de 55 (cinquenta e cinco) escolas estaduais, destas 55 apenas 4 possuem assistentes sociais atuantes. E mesmo assim, todas as profissionais entrevistadas estão com desvio de função, já que nunca houve concurso para assistente social educacional no estado. Ao realizar o primeiro contato junto à direção da escola e posteriormente as profissionais, todas enfatizaram que atuam como assistentes sociais, mas ingressaram no estado com outra função.

O perfil das profissionais entrevistadas revela que todas, são do sexo feminino, possuem uma faixa etária entre 40 e 50 anos de idade. O que deixa evidente a questão do serviço social ser tratada como uma profissão eminentemente feminina, devido a toda histórica filantrópica que a profissão foi tratada no seu início. Fato este que gera sempre a discussão de gênero na profissão e deixa evidente que não existe sexo delimitado para a profissão, existe profissional capacitado para exercer suas atividades.

No que diz respeito ao vínculo empregatício, a assistente social 1 é prestadora de serviço, a assistente social 2 e 4 são concursadas da rede estadual, porém aprovadas mediante concurso público para outra função e a assistente social 3 possui um contrato com o Estado. Exceto as assistentes sociais 2 e 4 as demais estão sempre

dependendo do governo vigente, para dar continuidade ao trabalho desenvolvido nas instituições, uma vez que não são concursadas e de acordo com a mudança de governo ocorre também as mudanças no quadro de funcionários. Todas as profissionais estão vinculadas a secretaria de educação e apenas a assistente social 2 possui mais de um vínculo empregatício. Quanto a faixa salarial apenas a assistente social 1 recebe um salário mínimo, as demais recebem até dois salários mínimos.

Quanto ao registro das profissionais no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) a assistente social 1 possui seu registro há dez anos e a assistente social 2 há 18 anos as demais não possuem o referido registro. O registro no CRESS é de fundamental importância, de acordo com o Art. 1º do Código de Ética Profissional dos assistentes sociais "compete ao Conselho Federal de Serviço Social fiscalizar as ações dos Conselhos Regionais e a prática exercida pelos profissionais, instituições e organizações na área do Serviço Social". Vale lembrar que o registro no CRESS é um pré-requisito para o exercício da profissão

A realidade das escolas estaduais, na sua maioria, é de falta de recursos, falta de profissionais capacitados e falta de incentivo para que o aluno busque uma qualificação adequada. Se das 55 escolas existentes apenas 4 possuem o profissional do serviço social para orientar e fazer com que as políticas educacionais sejam respeitadas, que dirá no tocante ao aprendizado destes alunos? São recursos escassos disponibilizados para a rede estadual e trabalhar com recursos escassos gera um ensino precário, alunos desmotivados e profissionais sem condições mínimas de realizar um trabalho adequado.

Discussão

A política educacional brasileira tem seu início no Brasil colônia com a educação jesuíta, educação esta que era voltada para os traços catequéticos e voltada para os ensinamentos religiosos. Estava sendo instituída uma educação puramente religiosa, sem nenhum questionamento, nem imposição e com total desapego aos bens materiais, o importante era o bem-estar espiritual de cada ser humano.

Devido ao desenvolvimento econômico, político e social tanto da sociedade como do Estado, a educação jesuíta foi sendo substituída por uma educação mais incisiva, voltada para os interesses do Estado e não da vida espiritual de cada ser humano. Dentre as várias modificações educacional jesuíta pode citar a implantação das

academias militares, das escolas de direito e medicina, da biblioteca real e do Jardim Botânico. Desde a vinda da família real, medidas e transformações educacionais que passavam a atender, também, os interesses do capital e das pessoas que possuíam mais recursos financeiros foram adotadas, para que uma educação mais incisiva fosse praticada.

A educação passou das visões catequéticas para uma conquista universal, o direito de cidadania para todos, ministrada pela família e pelos poderes públicos. Coube à união o planejamento nacional da educação em todos os níveis e ainda fiscalizar e coordenar a execução do planejamento educacional eficiente e que abarcasse a maior quantidade possível de indivíduos, através do Manifesto dos Pioneiros da Educação, criado em 1932.

Manifesto esse que proporcionou vários avanços educacionais como: ensino primário gratuito para todos, Criação do Conselho Nacional de Educação e de um Plano Nacional de Educação e bolsas de estudos para alunos carentes.

A nova Constituição, de 1934, retoma os preceitos proclamados pelos pioneiros da educação, dentre eles o de que a “educação é direito de todos”. Para alguns historiadores o período que se segue à constituição de 1946 ao início dos anos de 1960, pode ser qualificado como o “período de redemocratização da educação”, com viés desenvolvimentalista. É entre o período de 1930/1960 que ocorre a regulação do setor educação pelo Estado brasileiro.

Com a Constituição Federal de 1988 a educação é assumida como direito de todos, e deve ser tratada como um assunto de primeira instância, já que é através dela que se formam todo e qualquer profissional da nossa sociedade. E é só através dela que conseguimos um desenvolvimento considerável e capaz de transformar o cotidiano do ser humano. Grandes lutas por reformas de base passaram a ganhar força por todo o país, os trabalhadores como um todo se mobilizaram em busca de conhecimento, em busca de direitos educacionais, direitos estes que são primordiais para a construção de qualquer sociedade.

O desenvolvimento educacional acontecia de acordo com o governo vigente, cada governante possuía seu “discurso educacional”, não sabendo boa parte da população, que a educação é um direito primário. As políticas públicas ganharam força e buscavam a centralidade nas temáticas da participação e democratização da esfera pública.

Na década de 1990, mais especificamente em 1996, foi instituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 9.394 (20/12/1996), a qual define que a educação

abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

De acordo com o Art. 1º da LDB “a educação abrange os processos formativos que desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

A LDB estabelece que a educação é um “direito de todos e dever da família e do Estado” sendo “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. Tendo como finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988; 1996).

Atualmente, faz parte do nosso sistema educacional às novas tendências da educação como o PROUNI (Programa Universidade para todos), o REUNI (Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), o EJA (Educação de Jovens e adultos), os sistema de cotas, a reforma universitária, as políticas avaliativas, o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e o ENADE (Exame Nacional de desempenho dos estudantes) - tendências estas que foram criadas no governo Lula. Além da nova modalidade da educação a distância - um ensino a distância que contempla os estudantes que por vários motivos não podem estar cotidianamente na sala de aula.

É exclusivamente através da educação que se adquire uma visão crítica e apurada de toda e qualquer situação, cabendo a cada cidadão uma busca incessante pela educação de qualidade e que transforme a sociedade, que transforme os aspectos sócios, político e econômico dos cidadãos.

Antes de adentrarmos na discussão da categoria trabalho no serviço social, achamos necessário fazer uma abordagem do conceito de trabalho para Marx. Segundo o mesmo, o trabalho é o processo em que o homem transforma a natureza no intuito de suprir suas necessidades, e ao transformar a natureza, transforma a si mesmo.

De acordo com Marx, o trabalho é a categoria fundante do homem, e só através do trabalho se consegue a emancipação humana, social e política. As transformações que são vistas no mundo do trabalho são proporcionadas pelo ser humano, que tem a capacidade de suprir as suas necessidades, através do aperfeiçoamento de suas técnicas.

O mundo do trabalho e o conseqüente movimento operário apresentam características

mundiais: são desiguais, dispersos pelo mundo, atravessando nações e nacionalidades, implicando diversidades e desigualdades sociais, econômicas, políticas, culturais e religiosas (IANNI, 1994).

Nesse contexto de luta de classes surge, no fim do século XIX, a primeira escola de profissionalização de assistente social na Europa, partindo do princípio da racionalização as escolas passam a proceder a uma melhor qualificação dos “agentes da assistência” organizando uma série de cursos intensivos sobre a operacionalização da mesma. A criação das escolas foi de suma importância para a expansão do serviço social como profissão, não cabia mais aos atos de caridade assumir o papel que cabe a um profissional da assistência.

Foi no início do século XX que os primeiros profissionais da área foram inseridos no mercado de trabalho. Com o crescimento do número de escolas profissionalizantes ocorreu de forma simultânea à expansão dos profissionais de serviço social, tendo a partir deste momento um melhor suporte metodológico para a prática assistencial, baseado em dados específicos, podendo assim executar um trabalho digno para a população através de triagens e pesquisas realizadas por um profissional realmente qualificado, um assistente social devidamente preparado.

A tecnificação da profissão proporciona um desenvolvimento acentuado na relação profissional x cliente, enquanto o primeiro está em busca de uma qualificação necessária para transformar a realidade do indivíduo, para situar o serviço social nas relações entre as classes sociais e o sistema capitalista, o segundo só tem a ganhar já que vai ser acompanhado por um profissional qualificado que busca apaziguar as necessidades dos mais necessitados (IAMAMOTO, 2005).

O assistente social passa a ser um elo entre as instituições e os interesses das classes subalternas, este profissional não é diretamente solicitado pelas classes em questão. O caminho que o cliente percorre até o profissional é mediatizado pelos serviços sociais prestados pelas instituições que são alvo da procura do usuário. As instituições dispõem dos serviços sociais mais diversos destinados a atender as necessidades dos usuários. Para que este atendimento seja realizado cabe ao profissional da assistência desempenhar o papel de executor dos serviços proporcionados pela instituição. Como aponta Netto (2001) “o assistente social será o executor terminal de políticas sociais públicas”.

A profissão do serviço social surgiu da contradição entre os interesses das classes menos favorecidas e o sistema capitalista. Esta

profissão situa-se no processo de reprodução das relações sociais e na criação de bases políticas para o exercício do poder de classes. Intervém, através dos serviços sociais, na criação de condições favoráveis à reprodução da força de trabalho.

Em algumas situações, o assistente social é visto como um “herói”, que vai solucionar todas as desigualdades. Mas este profissional deve ser visto como um executor de políticas públicas que possui limitações impostas pelo sistema e pelo meio vigentes, mas que é incansável e não se deixa vencer por obstáculos aparentes, busca sempre conquistar seu espaço profissional e requerer os direitos de seus assistidos.

O “fator trabalho” adquiriu importância suficiente na sociedade capitalista. É o trabalho que move os interesses, sejam eles econômicos, políticos ou sociais, porém a redução de custo e as amplas taxas de lucratividade estão afetando diretamente a divisão social como um todo. Estes fatores estão provocando um enxugamento nas empresas, a tercerização dos serviços e a decorrente redução do quadro de pessoal, tanto na esfera pública quanto na privada. Esse processo afeta o conjunto dos trabalhadores inclusive os assistentes sociais que passam a ter postos de trabalho reduzidos e uma precarização absurda das condições de exercer a profissão. Une-se a esse quadro de “desmobilização trabalhista” a política neoliberal, substanciada nas políticas de ajuste recomendadas pelos organismos públicos/privado. Cada vez mais o Estado está submetido aos interesses do grande capital financeiro (IAMAMOTO, 2005).

Contudo, o grande desafio que se impõe ao serviço social na contemporaneidade, é justamente, articulado com movimentos democráticos e populares, prosseguir na luta por constituir e consolidar direitos sociais, ético e político para cada indivíduo.

O projeto ético-político do Serviço Social se consolidará a partir do momento que as demandas, seja na esfera pública ou privada, forem atendidas e tratadas de uma maneira verídica. Na educação as demandas fazem parte do cotidiano de toda e qualquer instituição, o profissional do serviço social existe, porém não tem a abertura necessária para realizar seu trabalho da maneira mais eficiente e adequada.

Por isso a necessidade de profissionais que se façam presentes no âmbito educacional, político e social, que sejam capazes de serem agentes transformadores de idéias, que coloquem em prática todo o aprendizado acadêmico para que a vida educacional de cada aluno seja realmente digna de bons aprendizados.

Inúmeras são as conquistas do serviço social como profissão, desde os tempos de ruptura, nos

anos 1970. A visão caritativa foi sendo substituída por uma visão crítica e capaz de modificar o ambiente vigente. Várias são as conquistas dos assistentes sociais, e fazer parte da política educacional e da equipe multidisciplinar do ambiente educacional é mais que uma conquista, é a certeza de que direitos e deveres vão ser respeitados e validados.

Apesar dessas conquistas a presença do serviço social na educação ainda é escassa e ínfima. O serviço social, como já fora dito, possui uma aproximação teórica e prática com o campo educacional devido a sua função de dimensão educativa, porém, muitos profissionais buscam motivações político profissionais para continuar atuando na área educacional.

De que adianta tantas conquistas se a profissão não é reconhecida na área de educação? Se os profissionais não tem um espaço garantido por lei? Estas ainda são perguntas sem uma resposta adequada, mas apesar de toda a restrição dos assistentes sociais na educação, a luta perdura e só findará quando toda escola possuir um profissional adequado para atender a demanda.

As políticas sociais, em especial, a educação é um campo de interesse teórico, profissional e político para o assistente social. Isso decorre devido à maturidade intelectual que aos poucos está fazendo parte dos ambientes educacionais. Demandas existem, e não são poucas, profissionais também estão à procura destas demandas, então é só juntar o trabalho com a vontade de trabalhar. Vários eventos estão sendo realizados com esta temática da educação, os quais buscam o espaço dos profissionais no campo educacional. A luta por uma sociedade sem injustiças e sem desigualdades sociais é contínua.

O serviço social na educação busca uma política educacional estratégica, que apóia a sistematização de experiências e a capacitação dos profissionais que atuam no campo educacional. Existe uma maturidade intelectual por parte do profissional, só falta à maturidade sócio-política dos gestores, maturidade está que pode garantir a inserção dos profissionais do Serviço Social no meio educacional. Meio este que é um dos mais ricos para se trabalhar as políticas públicas, e sem falar nas várias demandas existentes, nos vários alunos que necessitam de uma orientação de cidadania e de exercer deveres e cobrar direitos, até então desconhecidos.

Existe um receio e até uma rejeição por parte dos profissionais da educação em relação à presença do assistente social no seu campo de trabalho, receio este que não deveria fazer parte da realidade de nenhum dos profissionais. As demandas de uma escola são várias, por isso a

defesa por uma equipe multidisciplinar, uma equipe que faça um acompanhamento educacional, político, social e psicológica. Equipe esta que tem profissionais definidos e distribuídos em suas respectivas funções.

Atualmente, percebem que ocorreram avanços legais no âmbito da educação, bem como conquistas da categoria dos assistentes sociais, mas a efetivação e expansão da prática desses profissionais na educação dependem tanto da organização da categoria para entrar pela aprovação do Projeto de Lei 60¹ que garante a inserção desse profissional, quanto da “vontade política” dos gestores públicos no sentido de entender a importância do assistente social no âmbito da educação.

Por isso a importância de toda a pesquisa realizada com os assistentes sociais na rede estadual, para esclarecer as condições de trabalho, as demandas, as limitações e as conquistas destes profissionais na área educacional.

Conclusão

De acordo os resultados expostos, a política educacional brasileira passou por várias transformações e vem se desenvolvendo a passos lentos, em busca de profissionais que possibilitem um desenvolvimento das práticas educacionais e proporcionem aos estudantes um ensino de qualidade. É nesse cenário desenvolvimentista que está incluído o serviço social, ou podemos dizer que está buscando uma inserção mais incisiva, um espaço que possibilite uma transformação educacional de acordo com todas as práticas do assistente social.

Na rede estadual de Campina Grande-PB, possui a demanda, o espaço e as condições de trabalho (mesmo que mínimas), mas não possui o campo específico para o serviço social, as profissionais entrevistadas deixaram bem claro que estão na rede estadual com desvio de função, já que não possui concurso público para a nossa categoria. Existe a necessidade do profissional do serviço social e existem os profissionais, pois todos os anos se formam um número considerável de assistentes sociais. No entanto, não há vontade política do governo estadual em implementar a prática desse profissional na educação.

Dentre as várias atribuições que o serviço social possui, uma das mais latentes é inserir o indivíduo na realidade social. E não é diferente na

¹ Não existe nenhuma lei que regulamente a prática do Assistente Social na educação, apenas uma proposta do Projeto de Lei 60 que está em tramitação na Câmara dos Deputados.

rede educacional, o que falta é um espaço direcionado para estes profissionais, um espaço direcionado, exclusivamente, para o serviço social, em que as práticas sejam desenvolvidas e praticadas.

Referências

- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. *In: I Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação*. Belo Horizonte, 2003.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2001 (Coleção Saraiva de Legislação).
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96. Brasília, DF: MEC/SEF, 1996.
- PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. Franca, SP: UNESP, 2008, 235 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFES_S.pdf>. Acesso em: maio 2011.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Lei 8.662/1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf>. Acesso em: maio 2011.
- IAMAMOTO, M. V. CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- IANNI, Otávio. O mundo do trabalho. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 8, p 2-12, jan/mar. 1994.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.